

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de consultoria tributária, de um lado, **CUPIMZAO LONDRINA - AUTO POSTO E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 10.545.516/0001-75, sediada à Av. Inglaterra, 88, Igapó, Londrina/PR – CEP 86.046-002, **AUTO POSTO CUPIMZAO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 08.578.269/0001-61, sediada à Rod Celso Garcia, CID PR 445KM, 83, PQ Manella, Cambé/PR – CEP 86.185-520, **POSTO MARISTELA-CUPIM LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 04.553.758/0001-08, sediada à Rod BR 376, S/N, KM 266, Leão do Norte, Marilândia do Sul/PR – CEP 86.825-000, denominadas simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, **TRIBUTO JUSTO - WHP - CONSULTORIA TRIBUTARIA E EMPRESARIAL - EIRELI**, escritório de advocacia e empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ nº 30.317.269/0001-67, com sede na Rua Dr. João Evangelista Espíndola, 420, Bairro Jardim Social, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná - CEP 82.520-070, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, tem, entre si, como justo e contratado, o que se segue:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

1. Tendo em vista as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 1717/2017 e 1810/2018, da Receita Federal do Brasil (RFB) e a jurisprudência do poder judiciário e do Conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), o **CONTRATANTE** contrata o **CONTRATADO**, a fim de que este segundo, auxilie-lhe na recuperação administrativa e judicial de créditos de INSS Patronal decorrentes de pagamentos indevidos realizados à título de tributos incidentes sobre verbas indenizatórias e não contributivas da folha de pagamento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO**

2.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em:

1 – Análise, levantamento de dados e documentos para apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a “RFB – Receita Federal do Brasil, referente ao INSS” a título de “Contribuição Previdenciária Patronal”, incidente sobre as seguintes exações:

a) terço constitucional de férias, aviso prévio indenizado, salário educação, auxílio-creche, auxílio-doença e auxílio acidente (15 dias afastamento), abono assiduidade, gratificações, abono único anual, vale transporte, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional noturno, horas extraordinárias, 13º salário, cargos comissionados, cargos eletivos – Lei nº 10.887/2004 e demais “verbas indenizatórias/compensatórias”, constantes do art. 22, inc. I e II, com a consequente readequação ao art. 28 da Lei nº 8.212/1991 no período “quinquenal” e “subsequente” até a vigência do presente contrato.

b) “RAT – Risco Ambiental de Trabalho” (RAT + FAT) com a “redução das alíquotas de grau de risco, consoante anexo V do Decreto nº 3048/1999”, com vigência a partir de “Janeiro de 2008”;

2 – Interposição de medidas administrativas, que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do objeto acima, junto aos órgãos e jurisdições competentes, com o acompanhamento até a decisão final, de trânsito em julgado.

2.2 O **CONTRATANTE** deve providenciar todas as informações e facilitar o acesso aos documentos necessários para elaboração e consequente ingresso das medidas redutivas, garantido ao **CONTRATADO**, completa autonomia de trabalho, com livre acesso a livros, documentos e anotações que se relacionam direta ou indiretamente ao objeto do contrato, colocando, ainda, suas estruturas de recursos humanos, jurídica e contábil à disposição do **CONTRATADO**.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO.**

3.1 Em contraprestação aos serviços prestados o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO**:



Serão pagos ao **CONTRATADO** o valor equivalente a 10% (dez por cento) líquidos incidentes sobre o total do valor do benefício recuperado decorrente dos últimos cinco anos, que será auferido pelo **CONTRATANTE**, por meio da compensação de créditos tributários com débitos vincendos e vencidos previdenciários efetuados administrativamente:

a) - O respectivo valor deverá ser pago mensalmente e imediatamente após a comprovação dos valores compensados ou utilizados e declarados pelo **CONTRATANTE**, por meio de documentos comprobatórios, tais quais: Guias de Recolhimento; Extratos da FPM; Declarações para compensações e GFIP, DARF.

b) O pagamento será em parcelas de igual valor, calculadas conforme o número de vezes de utilização do crédito pelo **CONTRATANTE**. Os valores para os créditos serão corrigidos pela taxa SELIC mês a mês, sendo que a diferença nos honorários para essa correção serão computadas e cobradas apenas na última parcela.

3.2 Os pagamentos serão efetuados na mesma data do pagamento da GPS, sendo enviado a Nota Fiscal e boleto de pagamento todo dia 15 de cada mês, com vencimento no dia 20, ao **CONTRATANTE**, estando incluídas todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, fretes, seguros, locomoção, relacionadas com a prestação dos serviços contratados.

3.3 No caso de atraso no pagamento dos Honorários, incidirá multa de 2% e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).

3.4 Persistindo o atraso no pagamento dos honorários no mês seguinte, o **CONTRATADO** poderá suspender a execução dos serviços independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, até a regularização por parte do **CONTRATANTE**, eximindo-o inclusive de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da respectiva paralização; ou considerar rescindido o presente contrato, devendo conduto, cumprir com as formalidades previstas no item 9.3 do presente instrumento.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.**

4.1 Para o fiel cumprimento das obrigações descritas na cláusula segunda deste instrumento, o **CONTRATANTE** estabelece ao **CONTRATADO**, como prazo de entrega dos serviços, o esgotamento do crédito ou decisão final administrativa.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

5.1 O **CONTRATADO**, além das responsabilidades legais e contratuais já previstas neste instrumento, compromete-se a prestar seus serviços profissionais ao **CONTRATANTE** nas áreas administrativas, judiciais e contábeis, assim como, se dispõe a sanar quaisquer dúvidas e questionamentos levantados em relação ao objeto deste instrumento, durante o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE**

6.1 A responsabilidade pela autenticação e veracidade das informações presentes nos documentos supracitados é do **CONTRATANTE**, uma vez que a partir delas que o **CONTRATADO**, desempenhará seus serviços.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Os profissionais do **CONTRATADO**, designados para execução dos trabalhos ficarão comprometidos a manter absoluto sigilo e completa confidencialidade sobre todos os elementos e documentos que tomarem conhecimento no decorrer dos trabalhos que vierem a ser prestados.

**CLÁUSULA OITAVA** - O presente contrato somente pode ser alterado por mútuo consentimento das partes e por escrito.

**CLÁUSULA NONA- HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL**

**9.1** Considera-se hipótese de rescisão do contrato no caso de inadimplência, no pagamento dos honorários, nas datas pactuadas, devendo a notificação de rescisão ser feita via CORREIO - "AR - MI", bem como, não serão restituídos os valores por ventura adimplidos, os quais serviram para amortização do serviço prestado, além das demais sanções.

**9.2** Na ocorrência da rescisão contratual, prevista no item anterior, deverá o **CONTRATADO** responder pelo acompanhamento das ações mencionadas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação pelo **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

**10.1** Em caso de rescisão unilateral do contrato ou por infringência de cláusulas contratuais e legais, fica estipulada multa contratual no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito administrativo apurado, em favor da parte prejudicada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO**

**11.1** As **partes** elegem o foro da Cidade de Curitiba/PR, para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, mesmo existindo outro mais benéfico.

E por acharem justas e contratadas, as partes firmaram em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, declarando cumprir fielmente todas as disposições contidas no presente instrumento.

Curitiba-PR, 11 de março de 2019.

**CONTRATANTE**

**CUPIMZAO LONDRINA - AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ sob o nº 10.545.516/0001-75

**AUTO POSTO CUPIMZAO LTDA**

CNPJ sob o nº 08.578.269/0001-61

**POSTO MARISTELA-CUPIM LTDA**

CNPJ sob o nº 04.553.758/0001-08

**CONTRATADO**

**WHP-CONSULTORIA TRIBUTARIA E EMPRESARIAL - EIRELI**

CNPJ nº 30.317.269/0001-67